

Until They All are Free: Educação Feminista Negra Libertadora em Ambientes de Encarceramento Feminino

Until They All are Free: Liberatory Black Feminist Education in Women's Carceral Settings

Until They All are Free: educación feminista negra liberadora en contextos carcelarios femeninos

Jaira J. Harrington ¹

RESUMO

Este ensaio parte da minha experiência como professora de mulheres encarceradas na Prisão de Cook County, em Chicago. Atuei nos programas RESTORE e THRIVE, voltados à educação e reintegração social. Refletindo sobre o racismo estrutural e a herança da escravidão, defendo que o feminismo negro pode criar espaços de liberdade e cuidado mesmo dentro do cárcere.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento. Educação. Feminismo Negro. Abolicionismo penal.

ABSTRACT

This essay stems from my experience as an educator working with incarcerated women at the Cook County Jail's Women's Division in Chicago. I participated in the RESTORE and THRIVE programs, which focus on education and reentry support. Reflecting on structural racism and the legacies of slavery, I argue that Black feminist pedagogy can foster spaces of freedom, care, and community within the carceral system.

KEYWORDS: Incarceration. Education. Black Feminism. Penal Abolition. Keywords. Keywords. Keywords

RESUMEN

Este ensayo se basa en mi experiencia como docente de mujeres encarceladas en la División Femenina de la Prisión del Condado de Cook, en Chicago. Participé en los programas RESTORE y THRIVE, orientados a la educación y al apoyo para la reintegración social. A partir de una reflexión sobre el racismo estructural y los legados de la esclavitud, sostengo que una pedagogía feminista negra puede crear espacios de libertad, cuidado y comunidad dentro del sistema carcelario.

PALABRAS CLAVE: Encarcelamiento. Educación. Feminismo Negro. Abolicionismo penal.

¹ Professora Assistente, Doutora em Ciência Política pela Universidade de Illinois Chicago (EUA), onde atua no Departamento de Estudos Negros. E-mail: jjh7@uic.edu

* * *

“Se as mulheres negras fossem livres, isso significaria que todas as outras pessoas também teriam que ser livres, uma vez que a nossa liberdade exigiria a destruição de todos os sistemas de opressão”

(COMBAHEE RIVER COLLECTIVE STATEMENT)

Introdução²

Sistemas carcerários, que incluem prisões, cadeias públicas, instituições psiquiátricas e centros de detenção, evidenciam a centralidade da punição na sociedade global. A antinegritude, o sexismo, o classismo, o capacitismo, a opressão de gênero e a própria noção de cidadania estão intrinsecamente ligados às vidas das pessoas privadas de liberdade e das comunidades impactadas por suas sentenças. Como educadora em universidades tradicionais, prisões e cadeias públicas, meu esforço contínuo é criar um espaço para o desenvolvimento intelectual e a segurança em um ambiente que, por sua natureza, é inseguro para pessoas marginalizadas.

Assumindo meu compromisso com o feminismo negro, dou protagonismo a todas as identidades de gênero marginalizadas, incluindo pessoas queer e trans. Além disso, como abolicionista penal, sonho com um mundo em que as pessoas encarceradas estejam livres e em que sejam as comunidades — e não o Estado — as responsáveis por encontrar alternativas para a reparação dos danos coletivos. Neste artigo, reflito sobre os aprendizados extraídos da experiência de ensino de diferentes unidades do curso “Cuidado, Comunidade e Amor na Diáspora Negra”, ministrado na ala feminina da Cadeia de Cook County nos verões de 2023, 2024 e 2025, bem como na primavera de 2025. A educação feminista negra é o meio pelo qual articulo todos esses compromissos para incidir sobre algumas das populações

² Agradeço especialmente a Beatriz Mendina Gonçalves Pereira (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) por seu apoio na edição e comentários perspicazes.

mais vulnerabilizadas e marginalizadas da sociedade: as mulheres negras encarceradas.

Prisões e Cadeias em Contextos Locais e Globais: Do Mundo à Ala Feminina da Cadeia de Cook County

Estima-se que as taxas de encarceramento global atinjam cerca de 10,99 milhões de pessoas em todo o mundo. Desse total, mais de 733.000 mulheres e meninas estão presas globalmente, o que representa 6,8% da população carcerária total, de acordo com o World Prison Brief e a World Female Imprisonment List. Alguns dos países com populações carcerárias femininas consideráveis incluem China, Brasil, Rússia e Tailândia.

Nos Estados Unidos, em particular, e no Hemisfério Ocidental como um todo, a relação entre colonialismo, escravidão e o sistema carcerário persiste até os dias de hoje. Nos EUA, por exemplo, a já extinta economia da escravidão africana alimentou diretamente o sistema carcerário. A vigilância policial desproporcional e agressiva de pessoas negras no Sul segregado da era Jim Crow e nos estados racistas do Norte dos EUA ainda ressoa hoje como uma herança da escravidão (ALEXANDER, 2020; MILLER, 2022; MUHAMMAD, 2019). As bases da polícia nos Estados Unidos estão ligadas ao poder, dominação e controle de populações negras escravizadas por meio das patrulhas de escravos. Os patrulheiros de escravos eram responsáveis por recuperar africanos escravizados que escapavam do cativeiro. Embora sua posição de classe não fosse substancialmente melhor sob o capitalismo de plantação, pessoas brancas pobres preenchiam principalmente esse papel. A lógica de pessoas negras como propriedade continuou muito depois da abolição da escravidão nos EUA em 1865, com o "convict leasing" no epicentro. Crimes menores como vadiagem e mendicância justificavam anos de encarceramento e trabalho forçado em "chain gangs" (MOSER, 2023). Atualmente, há quase 2 milhões de pessoas encarceradas nos Estados Unidos (SAWYER; WAGNER, 2025).

Nas últimas duas décadas e meia, a população carcerária brasileira disparou de 90.000 para quase 600.000, com projeções alarmantes que estimam que possa atingir 1,9 milhão até 2030 se as tendências atuais persistirem (WOLA TEAM, 2016). Essa expansão massiva do encarceramento não é coincidência, mas sim o resultado direto de um aparato legal e judicial historicamente projetado para controlar e disciplinar pessoas negras (JEAN, 2023). Similarmente aos EUA, as raízes do sistema carcerário no Brasil podem ser rastreadas até o período pós-abolição, quando pessoas anteriormente escravizadas, libertadas em 1888, foram abandonadas pelo Estado sem quaisquer políticas estruturais para garantir sua inclusão no mercado de trabalho ou para assegurar direitos básicos como educação, moradia, saúde e dignidade.

Em vez de medidas reparatórias, o Estado brasileiro respondeu com um conjunto de leis que criminalizaram a pobreza, as expressões culturais e as estratégias de sobrevivência associadas à população negra. Práticas como a capoeira e religiões de matriz africana como o Candomblé foram proibidas, enquanto os chamados crimes de vadiagem, mendicância e embriaguez pública visavam desproporcionalmente as comunidades negras. O Código Penal de 1890 serve como um exemplo claro de como o Direito Penal se tornou um instrumento de controle racial. Nesse contexto, as prisões sempre serviram como um mecanismo para remover os "indesejáveis" do espaço público — uma continuação da lógica da escravidão sob o pretexto de justiça criminal (ROORDA, 2017).

A prisão, em muitos aspectos, pode ser vista como um sistema de *plantation* moderno. Pessoas encarceradas, desproporcionalmente homens negros, são exploradas como mão de obra barata para grandes corporações sob o pretexto de reabilitação. Por meio de programas como o Work Opportunity Tax Credit, empresas lucram com uma força de trabalho cativa, desprovida de direitos trabalhistas básicos — sem plano de saúde, sem licença-médica, sem sindicatos. Enquanto isso, esses trabalhadores são essenciais para indústrias inteiras, produzindo desde equipamentos militares

e peças de avião até eletrodomésticos e móveis de escritório. Apesar de seu trabalho alimentar cadeias de suprimentos bilionárias, eles ganham algo entorno de 90 centavos a 4 dólares por dia — um reflexo claro de como a lógica da escravidão continua através do complexo industrial-prisional (SHABAZZ, s.d.).

De acordo com dados do Departamento de Correções de Cook County, esta instalação se destaca como um dos maiores centros de detenção provisória de um único local nos Estados Unidos. Anualmente, processa cerca de 100.000 detentos, com uma população diária média de 9.000 pessoas — a maioria das quais aguarda julgamento, e não cumpre sentenças. Isso por si só diz muito sobre como o encarceramento é utilizado não apenas como punição, mas como uma ferramenta de controle social, particularmente mirando comunidades pobres e racializadas (COOK COUNTY, s.d.).

As dinâmicas raciais e de gênero dentro da Prisão de Cook County são inegáveis. Como destacado pelo Vera Institute, pessoas negras são consistentemente submetidas a tratamentos mais severos em todas as etapas do sistema jurídico-penal, levando a taxas de encarceramento desproporcionalmente altas (VERA INSTITUTE OF JUSTICE, 2024). Mulheres negras, em particular, representam um segmento em rápido crescimento da população carcerária. O aumento do encarceramento feminino nas últimas décadas superou em muito o dos homens. Trata-se, em sua maioria, de mulheres que carregam o peso da negligência sistêmica — sobreviventes de traumas, mães solo e membros de comunidades de baixa renda e racializadas. A intersecção de pobreza, identidade negra e gênero torna as mulheres negras vulneráveis ao sistema carcerário (RICHIE, 2012). O encarceramento dessas pessoas não é apenas uma consequência da criminalização da pobreza e da raça, mas também a continuidade de uma longa história de violência institucional voltada a vigiar e punir os mais vulneráveis.

Divisão Feminina de Cook County, Illinois

Antes da Prisão de Cook County, minha jornada no ensino em prisões e cadeias começou em 2019, na maior prisão masculina de segurança máxima na Pensilvânia: SCI Phoenix. Lá, lecionei voluntariamente um curso com créditos universitários chamado "Raça e Política no Brasil" e já publiquei anteriormente sobre minha experiência complexa (HARRINGTON, 2021). Não foi surpresa encontrar questões de patriarcado, sexismo e *misogynoir*³ na sala de aula. Contudo, também houve momentos poderosos de conexão profunda. Trabalhar com esses homens envolvia estabelecer um diálogo onde suas opiniões, ideias e experiências eram valorizadas. Eu queria ouvi-los. Construí um ambiente aberto para o engajamento em conversas que desafiaram suas ideias sobre identidade, masculinidade e o que significa fazer parte de uma comunidade global. Dessa experiência, aprendi sobre minha capacidade de criar uma sala de aula libertadora, enraizada em princípios feministas negros de comunidade e inclusão.

Aproveitei minha experiência anterior no SCI para atuar como instrutora voluntária remota regular para os programas RESTORE e THRIVE na Divisão Feminina da Prisão de Cook County (CCJ), em Chicago, IL, nos verões de 2023, 2024 e 2025, e na primavera de 2025. Um aspecto único da CCJ é que, embora seja uma instalação de gênero misto, o lado masculino geralmente recebe a maior parte dos programas. Na maioria das conversas sobre prisões e cadeias, há um diálogo intencional sobre as experiências de homens negros e como eles são desproporcionalmente afetados pelo sistema jurídico-penal, o que é inquestionável. No entanto, esses fatos não anulam as experiências de mulheres encarceradas ou de pessoas que existem fora das binariedades de gênero, o que é outra questão complexa que exige atenção.

³ *Misogynoir* descreve a misoginia racista anti-negra que as mulheres negras experienciam (BAILEY; TRUDY, 2018).

De acordo com um relatório diário do Xerife da CCJ de 2024, a CCJ tem cerca de 400 mulheres em confinamento ou correções comunitárias, que incluem o THRIVE e o RESTORE. Nesse contexto em que quase 70% dessas mulheres são negras, a educação feminista negra é essencial e culturalmente significativa. O *RESTORE*, que significa "Rehabilitation and Engagement Supporting Therapeutic Outcomes of Renewal and Empowerment" (Reabilitação e Engajamento Apoiando Resultados Terapêuticos de Renovação e Empoderamento), visa ajudar as mulheres a fazerem mudanças positivas em suas vidas por meio da educação enquanto encarceradas. O RESTORE foi liderado pela candidata a doutorado da UIC, Jenna Pasanen, e apoiado por uma série de docentes, estudantes e funcionários universitários. O programa foi oferecido duas vezes por semana no Departamento de Correções de Cook County para trinta e cinco mulheres.

De forma similar, o THRIVE, que significa "Therapeutic Healing Recovery Initiative for Vitality and Empowerment" (Iniciativa de Recuperação Terapêutica para Vitalidade e Empoderamento), é um programa interno de abuso de substâncias, organizado pela CCJ, para as mulheres sob custódia. O THRIVE é composto por 30 a 40 mulheres. A maioria das participantes do programa tem ordem judicial para participar, mas algumas participam voluntariamente. Todas as mulheres têm um problema de uso de substâncias que contribuiu para seu encarceramento. Muitas participantes fazem a transição para uma Casa de Recuperação ou ambiente de vida sóbrio após completarem cerca de 90 dias no programa. De acordo com a Coordenadora de Programas Femininos da CCJ, muito poucas integrantes do THRIVE fazem a transição da cadeia para a prisão. Alguns exemplos da programação do THRIVE incluem atividades focadas em Reinserção Social, Habilidades para a Vida, Psicoeducação, Terapia de Reconhecimento Moral (MRT), Violência Doméstica, Autoestima e Construção de Comunidade. Historicamente, o THRIVE não recebia tanta atenção de iniciativas universitárias, por isso, nosso foco em 2025 tem sido fortalecer os esforços para ampliar o apoio a esse programa.

Educação como Prática Libertadora na Educação de Mulheres em Situação de Cárcere

Estudos demonstram uma correlação entre educação e encarceramento da infância à vida adulta. A teoria do "pipeline da escola para a prisão" explora a relação entre crianças do ensino fundamental, médio e sistemas de punição (KIM; LOSEN; HEWITT, 2010; LOVE, 2023; NOCELLA, 2014). Essa teoria argumenta que estudantes que são punidos com maior frequência – por meio de detenções, suspensões e expulsões na infância – têm maior probabilidade de ingressar no sistema jurídico-penal na vida adulta (KIM; LOSEN; HEWITT, 2010). Além disso, essas experiências precoces com a punição podem levar à criminalização intergeracional, pois os pais dessas crianças provavelmente enfrentaram os mesmos sistemas carcerários tanto em sua juventude quanto na vida adulta (VERMA; MALONEY; AUSTIN, 2017). É crucial notar que os estudantes mais propensos a sofrer punições escolares são jovens negros e pardos (WUN, 2015; WUN, 2016).

No que diz respeito ao gênero, embora os meninos negros sejam frequentemente mencionados como alvos de punições severas no ensino fundamental e médio, as meninas negras também são sistematicamente submetidas à criminalização. Em suas reflexões sobre essa criminalização, Monique Morris, autora de *Pushout*, questiona retoricamente: "Em um mundo de exclusão normalizada, como e onde, então, as meninas negras se situam como... cidadãs globais?" (MORRIS, 2016, p. 26). Meninas negras que estão fora das binariedades de gênero tradicionais também se sentem deslocadas nas escolas. A marginalidade de gênero e a expressão da sexualidade são criminalizadas na educação de adolescentes negras (Nwabufo 2022). Quando os sistemas educacionais respondem às necessidades únicas de meninas e adolescentes negras com uma educação hostil, dura e punitiva, uma educação feminista negra crítica para mulheres e adultas negras encarceradas preenche as lacunas criadas pela sociedade. A educação de

mulheres negras encarceradas exige uma abordagem fundamentada, porém radical.

Feminismo Negro e Abolicionismo

Embora (e porque) eu leciono nesses espaços, me identifico fortemente com o abolicionismo penal. O abolicionismo penal é uma luta visionária por um mundo sem punição, prisões e policiamento. Para ser uma posição política transformadora, o abolicionismo possui uma base decididamente feminista e, inequivocamente, negra e queer. Em *Abolition. Feminism. Now.* (2022), o feminismo abolicionista é compreendido como aquele que:

[rejeita explicitamente] as tentativas estatais de mobilizar vulnerabilidade e diferença com o propósito de expandir a carceralidade e, em vez disso, trabalha para destacar o papel do Estado na perpetuação da violência, exigindo engajamentos que tanto apoiem as pessoas mais afetadas quanto abordem as causas-raiz do encarceramento — pobreza, supremacia branca, misoginia. (DAVIS; DENT; MEINERS, 2022, p.55)

Colocar no centro as pessoas negras com identidades interseccionais e marginalizadas, incluindo gênero, sexualidade, capacidade, *status* de classe e cidadania, é primordial para a abolição dos sistemas carcerários e um passo significativo em direção à libertação negra. Eu visualizo essa perspectiva como essencial para o meu papel como educadora em prisões e cadeias.

Abordagens feministas negras e abolicionistas da educação promovem o que Gilmore se refere como "trabalho de oposição". Gilmore (2022, p. 69) define isso de forma simples: "se você vai falar, tem que fazer". Essa caminhada ou materialização se manifesta em minha prática pedagógica como um amálgama de abordagens. Eu mesclo a autoconsciência e a reflexividade da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (1970) com a orientação teórica de Patricia Hill Collins (1991) em *Pensamento Feminista Negro*. Não só comprehendo as matrizes de dominação na minha posição como professora universitária negra, mas também resisto ativamente às

hierarquias opressivas em relação às minhas alunas. Da mesma forma, adoto parte da abordagem de bell hooks (1994) em *Ensinando a Transgredir*, para fomentar uma comunidade acadêmica amorosa e extrair da resistência negra, feminista, queer, anticapitalista e anti-imperialista do Combahee River Collective.

Como uma bem-vinda consequência da minha intencionalidade, sou frequentemente procurada por apoio de estudantes marginalizados no campus tradicional, que se encontram nas intersecções de identidades negras, estudantes de cor, imigrantes, queer e/ou trans. Entendo o valor da representação de docentes negros no ensino superior, ao mesmo tempo em que comprehendo o poder e a responsabilidade de ser uma fonte confiável de conhecimento, informação e apoio. A aplicação de teorias feministas negras libertadoras à educação carcerária gera novos espaços de liberdade.

Aplicações da Educação Feminista Negra: THRIVE e RESTORE

Para centrar as necessidades das mulheres encarceradas, estudantes de pós-graduação, professores e funcionários da UIC começaram a desenvolver programas voltados a elas. Ao ganharmos a confiança das autoridades, conseguimos conduzir sessões onde as mulheres aprenderam sobre diversos temas, incluindo direito, poesia, negócios, gênero, violência interpessoal e cura informada pelo trauma. Também tivemos discussões sobre reingresso e o que significa retornar à sociedade após o encarceramento.

Como pesquisadora interdisciplinar, refleti sobre minha contribuição como facilitadora. As mulheres estavam mais familiarizadas com informações práticas de reingresso, como a elaboração de currículos ou o início de negócios. Além disso, algumas delas solicitaram esses cursos. Do meu ponto de vista, no entanto, a ideia de mulheres encarceradas se tornarem "membros produtivos da sociedade" ainda se encaixa em normas capitalistas com as quais me sinto profundamente desconfortável. Ao examinar a história do sistema carcerário, somos lembrados de que o capitalismo está

intrinsecamente ligado à expansão de prisões, cadeias e centros de detenção. Então, me questionei o que significaria para mim, como professora com experiência em política, assuntos globais, gênero, classe, negritude e comunidades negras, simplesmente dizer a essas mulheres — muitas delas negras e vítimas do sistema carcerário, da pobreza e do *misogynoir* — que o melhor caminho a seguir é ser uma boa cidadã e conseguir um emprego. Como muitos de meus colegas no THRIVE e no RESTORE, escolhemos intencionalmente outras narrativas.

Do meu primeiro verão com o RESTORE em 2023, desenvolvi um curso chamado "Cuidado, Comunidade e Amor na Diáspora Negra". Para mulheres encarceradas, o isolamento e a desconexão da família e de si mesmas durante a pena são realidades duras. Sabendo disso, acredito que o retorno à sua comunidade após o encarceramento exige um processo de reconstrução, o que se alinha com os princípios abolicionistas que defendo. Há, sem dúvida, valor em incentivar as mulheres encarceradas a garantir moradia, emprego e se estabelecerem. No entanto, meu interesse é ajudá-las a reconstruir a parte de sua humanidade que lhes foi roubada durante a reclusão.

Neste curso, fizemos uma leitura atenta de *Tudo Sobre o Amor* de bell hooks (2000) e lemos o poema "Para Mulheres Difíceis de Amar" de Warsan Shire (2015). Através da literatura e da teoria social, exploramos que tipo de pessoa elas desejam ser ao reingressar na sociedade, em suas comunidades e ao se reunir com suas famílias. Consideramos o tipo de amor que desejam compartilhar e experimentar, focando na humanidade da qual foram privadas. Este não foi um experimento unilateral; foi um diálogo entre pessoas com diferentes trajetórias, mas com experiências vividas compartilhadas. Ou seja, eu fui transformada no processo. Ser capaz de trocar de forma vulnerável e aberta permitiu que elas vissem o valor de suas experiências, percebendo que, por mais cruel que seja o encarceramento, não precisa ser tempo perdido. Podemos fazer o tempo que temos juntas valer a pena.

Por ouvir frequentemente a retórica em torno da vergonha associada ao encarceramento, o poema de Shire (2015), "Para Mulheres Difíceis de Amar", foi uma oportunidade para desdobrar essas emoções coletivamente. Compartilhamos o espaço para definir o amor e explorar como nossa experiência com o amor vai além de emoções e sentimentos. Consideramos profundamente o que esperamos do amor dos outros e para nós mesmas. Com este poema em particular, eu queria lembrá-las de que elas são amáveis e que não são um produto do que lhes aconteceu, incluindo o encarceramento. Em uma comunidade de aprendizagem de apoio, podemos nos ver de diferentes maneiras, até mesmo abraçando as pessoas imperfeitas que todos nós somos. Desenvolvi essas sessões para eventualmente se tornarem um curso de graduação completo na UIC. Foi tão revigorante que voltei a lecionar na CCJ no verão de 2024.

Na primavera de 2025, fui convidada a retornar para lecionar para uma população diferente. Percebemos que o THRIVE tinha pouca programação especial. Essas mulheres, muitas das quais são obrigadas judicialmente a participar do programa de abuso de substâncias, estão literalmente tentando reanimar suas vidas e prosperar enquanto se preparam para a liberdade. Essa dinâmica é diferente do RESTORE, onde a participação delas é voluntária. Como as participantes do THRIVE são obrigadas a comparecer e podem não querer estar lá, decidi seguir o fluxo. Sabendo que essas mulheres eventualmente reingressariam em suas comunidades, quis criar um momento para considerar profundamente o que isso significa para elas.

Durante o processo de preparação de uma nova aula, eu ainda refletia sobre as anteriores. Muitas participantes comentaram como a maternidade define suas experiências com o amor. Escolhi assistirmos o curta documental *I'm Free, Now You Are Free* (2021). O filme aborda a reunificação de Debbie Africa com seu filho, Mike Africa Jr., após ela ter passado 40 anos na prisão. Como membro do Philadelphia MOVE 9, Debbie foi presa em 1978. A organização MOVE estava profundamente enraizada na terra, buscando autonomia e autossuficiência. Isolados, eles se consideravam novos africanos

nos EUA, com uma forte conexão com sua negritude. O governo municipal e a polícia desaprovaram seu "Quilombo" autossuficiente e frequentemente os invadiam e atacavam.

Em uma incursão de 1978, quando membros do MOVE se recusaram a deixar seu quarteirão, a polícia e o MOVE trocaram tiros, resultando na morte de um policial. A polícia invadiu, prendendo 9 membros, que foram condenados a cumprir entre 30 e 100 anos de prisão. Debbie deu à luz na prisão e escondeu Mike Jr. por alguns dias antes que ele fosse levado, crescendo sem ela.

Há 40 anos, essa comunidade também foi bombardeada pela cidade da Filadélfia em 1985. Essa história, de comunidades negras sendo literalmente bombardeadas quando tentavam ser independentes, não é amplamente conhecida. Comunidades negras têm sido historicamente atacadas, com bombas e armamentos usados contra elas quando buscavam independência e desafiavam as normas sociais. A comunidade MOVE se dissolveu, mas muitos membros permaneceram encarcerados.

Ao ser libertada, ela disse a ele: "Eu estou livre. Agora você está livre." Essa ideia de reingresso se estendeu para além da sua própria libertação; ele também estava sendo libertado do trauma de não ter seus pais e reviver os traumas de sua comunidade. Nessa simples frase e título, o filme nos convida a refletir sobre como alguém reentra em um ambiente que mudou completamente, como se busca a liberdade e a noção de comunidade como liberdade. Mike Africa Jr. continuou a lutar pelos direitos de Debbie. Mesmo sem ela em sua vida, sua experiência com o sistema carcerário o tornou parte de uma luta mais ampla pela liberação negra por procuração. Nessa sessão, as mulheres em minhas aulas puderam pensar sobre o reingresso com uma nova perspectiva: Como vocês estão retornando às suas comunidades? O que pode ter mudado? Quais podem ser as dificuldades? Como vocês podem ter mudado? Vendo o exemplo de Debbie, as mulheres ficaram animadas para pensar sobre que tipo de ser humano elas queriam ser após o reingresso. O

valor intrínseco que temos como seres humanos vai muito além de nossa contribuição para o capitalismo; trata-se de como somos umas com as outras.

No verão de 2025, procurei discutir os sistemas carcerários sob a perspectiva de uma criança em uma sessão chamada "Dia das Mães: Reflexões sobre Cuidado, Comunidade e Amor". Ela explora temas semelhantes de família, conexão, maternidade e comunidade. A sessão foi baseada em um documentário intitulado *Mother's Day* (2017), que mostra crianças visitando suas mães na prisão no Dia das Mães. Algumas das crianças falam sobre a dificuldade de serem separadas de suas mães. Uma criança, refletindo sobre suas experiências, disse que lida escondendo suas emoções porque estava acostumado a se machucar. Ouvir uma criança dizer que teve que suprimir sentimentos de luto, perda e tristeza coloca em perspectiva como o sistema carcerário prejudica não apenas o indivíduo encarcerado, mas também se propaga para as famílias e sistemas familiares, especialmente para mães e cuidadores.

Estruturei o encontro com os objetivos de 1) refletir sobre o cuidado sob a ótica da maternidade, 2) considerar perspectivas e olhares nas relações interpessoais, 3) identificar os impactos sistêmicos do encarceramento em mães, filhos e comunidades, e 4) refletir sobre a maternidade/paternidade como uma experiência comunitária. É essencial conectar maternidade e comunidade, e enfatizar que elas não estão sozinhas nas lutas da vida.

A sessão foi realizada perto do Dia das Mães e, após assistirem ao filme, as mulheres falaram abertamente sobre a dor de estarem longe de seus filhos, de não conhecerem seus netos e de estarem presas em um sistema que não parece ajudar com o abuso de substâncias que desorganizou suas vidas. Deixamos espaço na sessão para compartilhamento aberto, pois percebi que elas não tiveram a oportunidade de processar suas experiências. Foi emocionante para todas nós.

Embora as mulheres estivessem animadas para falar sobre seus filhos, netos e entes queridos, houve também momentos de silêncio e reflexão. Alguém observou que "dói ver isso porque é um despertar" para o fato de que

elas não são as únicas encarceradas. Minha intenção não é impor vergonha, mas sentar com a realidade da situação delas e pensar sobre o reingresso a partir de uma perspectiva diferente.

Além do filme, apresentei estatísticas sobre mulheres encarceradas, gestantes na prisão e os ciclos de violência na sociedade, provenientes do Prison Policy. Neste último Dia das Mães, quase 150.000 mães encarceradas passaram o dia longe de seus filhos. Elas aprenderam que mais da metade (58%) de todas as mulheres em prisões nos EUA são mães, assim como 80% das mulheres em cadeias. Conversamos sobre como cerca de 58.000 pessoas por ano estão grávidas quando entram em cadeias e prisões(SAYWER; BERTRAM, 2022) . Essas estatísticas são difíceis de digerir, e elas proporcionaram uma abordagem alternativa para que as mulheres vissem seu próprio encarceramento.

Adotando uma abordagem crítica, pedi a elas que considerassem que esse sistema não é apenas falho, mas projetado para fazê-las retornar; ficar presa não melhora suas vidas. Ao assistirem um reflexo de suas experiências através do documentário, perceberam que não estavam sozinhas em sua jornada. Elas também viram sua conexão com outras mulheres na sala. Bem como, viram que uma organização comunitária garantiu que essas crianças pudessem visitar suas mães no Dia das Mães, criando um ambiente alegre com palhaços, pintura facial, música e um almoço comemorativo. Assim, mesmo temporariamente, elas puderam criar um ambiente para se lembrarem do tipo de família e laços que são significativos para a vida humana.

Encerramos com um poema da Dra. Maya Angelou, "Mother, A Cradle to Hold Me" (Mãe, Um Berço Para Me Segurar), onde ela fala sobre os altos e baixos de seu relacionamento com a mãe. Lemos o poema juntas e nos concentrarmos na estrofe: "Agradeço por / Ainda encontrar algo em mim / Que és capaz de amar". Ao imaginarem seu eventual retorno para seus lares e comunidades, há lugares profundos a serem explorados além do emprego. Convidei-as a imaginar o tipo de interações que nutriam o tipo de ambiente

amoroso e cuidadoso que talvez nem elas mesmas tenham recebido. As encorajei a considerar que a parentalidade – da qual podem não estar envolvidas enquanto encarceradas – pode ser apoiada por uma comunidade de entes queridos, e que isso não é um fracasso. É assim que as comunidades são feitas: luta coletiva. Perguntei: Como vocês imaginam o tipo de parentalidade ou extensão de si mesmas que gostariam de ter quando retornarem? E que tipo de ser humano vocês querem ser quando chegarem lá?

Considerações Finais

É com essas reflexões profundas que encaro o ensino em sistemas carcerários, especialmente com populações predominantemente de mulheres negras e mulheres de cor nos Estados Unidos. Embora seja inegável que homens negros são desproporcionalmente afetados pelo encarceramento, isso não anula as experiências únicas das mulheres nesses sistemas. Tampouco apaga as normas de gênero ou as binariedades criadas ao discutir prisões masculinas e femininas, em particular para pessoas cujas identidades de gênero existem fora dessa binariedade. Em minhas turmas, há mulheres e pessoas que não se identificam como mulheres ou cujas identidades queer são frequentemente apagadas nesses diálogos, e elas também são pais, mães, tias ou membros afetivos de suas comunidades.

Há espaço para refletirmos profundamente sobre como até mesmo a educação prisional e carcerária pode colaborar com sistemas mais amplos de opressão, ao se concentrar exclusivamente na produtividade do indivíduo como força de trabalho (“como você vai se tornar um cidadão produtivo?” ou “como você vai trabalhar?”). Essa abordagem desconsidera a importância de que pessoas encarceradas aprendam a lidar consigo mesmas, com suas comunidades e a enfrentar traumas familiares. Para pessoas negras e povos da maioria global, nossa experiência é frequentemente marcada por imposições sobre como devemos trabalhar, sendo que o encarceramento,

muitas vezes, se configura como uma forma de trabalho não remunerado. Busco oferecer uma perspectiva feminista negra, não apenas por meio da teoria, mas também na prática pedagógica com a qual conduzo minhas salas de aula. Levo em conta experiências marginalizadas e vividas, criando intencionalmente um espaço que não tem como objetivo impor ideias, mas sim permitir que as pessoas construam seus saberes, atuando como uma guia cuidadosa e oferecendo essa oportunidade.

Busquei compartilhar essas experiências enquanto facilitadora para que as pessoas pudessem compreender que o encarceramento faz parte de um sistema global de opressão que atinge de maneira particular pessoas negras, pessoas pobres, pessoas com deficiência e aquelas situadas às margens da sociedade, incluindo minorias de gênero. A educação carcerária e os programas de reintegração frequentemente se concentram na estabilidade econômica e na orientação jurídica. A partir do legado libertador das tradições feministas negras, procuro redefinir o que significa uma reintegração bem-sucedida para além de métricas tangíveis, priorizando a construção de relações saudáveis com os outros e consigo mesmas. Espero incentivá-las a se reconhecerem como parte de comunidades novas, ampliadas e mais inclusivas. Elas também formam uma comunidade de sobreviventes da violência estatal. Desejo que compreendam a educação feminista negra como um portal libertador para a liberdade, com suas vidas no centro — até que todas e todos estejam livres.

Referências

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. Tenth Anniversary edition. LaVergne: The New Press, 2020.

BAILEY, Moya; TRUDY. On misogynoir: citation, erasure, and plagiarism. *Feminist Media Studies*, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 550-556, mar. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1991.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. "The Combahee River Collective Statement." In *Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought*, edited by Beverly Guy-Sheftall, 235-239. New York: The New Press, 1995.

COOK COUNTY. Department of Corrections. [S. l.]: *Cook County Government*. Disponível em: <https://www.cookcountyl.gov/service/department-corrections>.

DAVIS, Angela; DENT, Gina; MEINERS, Erica R; RICHIE, Beth. *Abolition. Feminism. Now*. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2022.

FREIRE, Paulo. 1970. *Pedagogy of the Oppressed*. Translated by Myra Ramos. New York: Herder and Herder.

GILMORE, Ruth Wilson. *Abolition Geography: Essays Towards Liberation*. New York: Verso Books, 2022.

HARRINGTON, Jaira J. "Beyond the Gates: Teaching Race and Politics in Brazil in a Prison Education Program." *Radical Teacher (Cambridge)* 121, no. 121 (2021): 24–30. doi:10.5195/rt.2021.897.

HOOKS, bell. *All About Love*. New Visions: New York: William Morrow, 2000.

HOOKS, bell. *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge, 1994.

HUA, Ash Goh, dir. *I'm Free Now You are Free*. 2021; Chicken and Egg Films. Public Broadcasting Service, POV.

JEAN, Martine. *Policing Freedom: Illegal Enslavement, Labor, and Citizenship in Nineteenth-Century Brazil. of Afro-Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

KIM, Catherine Y; LOSEN, Daniel J; HEWITT Damon. *The School to Prison Pipeline: Structuring Legal Reform*. New York: New York University Press, 2010.

LO, Elizabeth and RJ Lozada, dirs. *Mother's Day*. 2017. New York Times Online. <https://www.nytimes.com/2017/05/11/opinion/mothers-day.html>

LOVE, Bettina L. *Punished for Dreaming: How School Reform Harms Black Children and How We Heal*. First edition. New York, NY: St. Martin's Press, an imprint of St. Martin's Publishing Group, 2023.

MILLER, Reuben Jonathan, and Brown and Company Little. *Halfway Home: Race, Punishment, and the Afterlife of Mass Incarceration*. First Back Bay Books trade paperback edition. New York, NY: Back Bay Books, 2022.

MORRIS, Monique. *Pushout: The Criminalization of Black Girls in Schools*. New Press, The, 2016.

MUHAMMAD, K. G. *The Condemnation of Blackness: Race, Crime, and the Making of Modern Urban America*. Harvard University Press, 2019.

NOCELLA, Anthony J. *From Education to Incarceration: Dismantling the School-to-Prison Pipeline*. New York: Peter Lang, 2014.

NWABUFO, Victory. *Invisible Victims: Black Girls Within the School-to-Prison Pipeline Narrative*. Refashioning Policy Through A Black, Queer, Feminist Lens. Master's Thesis, University of Chicago (2022).

RICHIE, Beth. *Arrested Justice : Black Women, Violence, and America's Prison Nation*. 1st ed. New York: New York University Press, 2012.
doi:10.18574/9780814723913.

ROORDA, João Guilherme Leal. Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900--1910). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 135, p. 269-306, 2017.

SAWYER, Wendy; WAGNER, Peter. Mass Incarceration: The Whole Pie 2025. Northampton, MA: Prison Policy Initiative, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.prisonpolicy.org/reports/pie2025.html>.

SAWYER, Wendy; BERTRAM, Wanda. *Prisons and jails will separate millions of mothers from their children in 2022*. Northampton, MA: Prison Policy Initiative, 4 maio 2022. Disponível em:
https://www.prisonpolicy.org/blog/2022/05/04/mothers_day/.

SHABAZZ, Rahiem. *12 Major Corporations Benefiting from the Prison Industrial Complex*. [S. l.]: Malta Justice Initiative. Disponível em:
<https://maltajusticeinitiative.org/12-major-corporations-benefiting-from-the-prison-industrial-complex-2/>.

SHIRE, Warsan “For women who are difficult to love” (poem) in *Her Blue Body* Flipped Eye Publishing, 2015.

VERA INSTITUTE OF JUSTICE. *Cook County, IL*. [S. l.]: Vera Institute of Justice, 16 out. 2024. Disponível em: https://trends.vera.org/state/IL/county/cook_county.

VERMA, S., MALONEY, P., AUSTIN, D. W. (2017). The school to deportation pipeline: The perspectives of immigrant students and their teachers on profiling and surveillance within the school system. *ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 673(1), 209–229.
<https://doi.org/10.1177/0002716217724396>

WOLA TEAM. *The Brazilian Prison System: Challenges and Prospects for Reform*. Washington, D.C.: WOLA, 22 nov. 2016. Disponível em:
<https://www.wola.org/analysis/brazilian-prison-system-challenges-prospects-reform/>.

MOSER, Ryan. Slavery and the Modern-Day Prison Plantation. *JSTOR Daily*, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://daily.jstor.org/slavery-and-the-modern-day-prison-plantation/>.

WUN, C. (2015). Against Captivity: Black Girls and School Discipline Policies in the Afterlife of Slavery. *Educational Policy*, 30(1), 171-196.
<https://doi.org/10.1177/0895904815615439> (Original work published 2016)

WUN, Connie. Angered: Black and non-Black girls of color at the intersections of violence and school discipline in the United States. *Race Ethnicity and Education*, November 2016 21(4):1-15 DOI:[10.1080/13613324.2016.1248829](https://doi.org/10.1080/13613324.2016.1248829)

Recebido em junho de 2025.
Aprovado em julho de 2025.